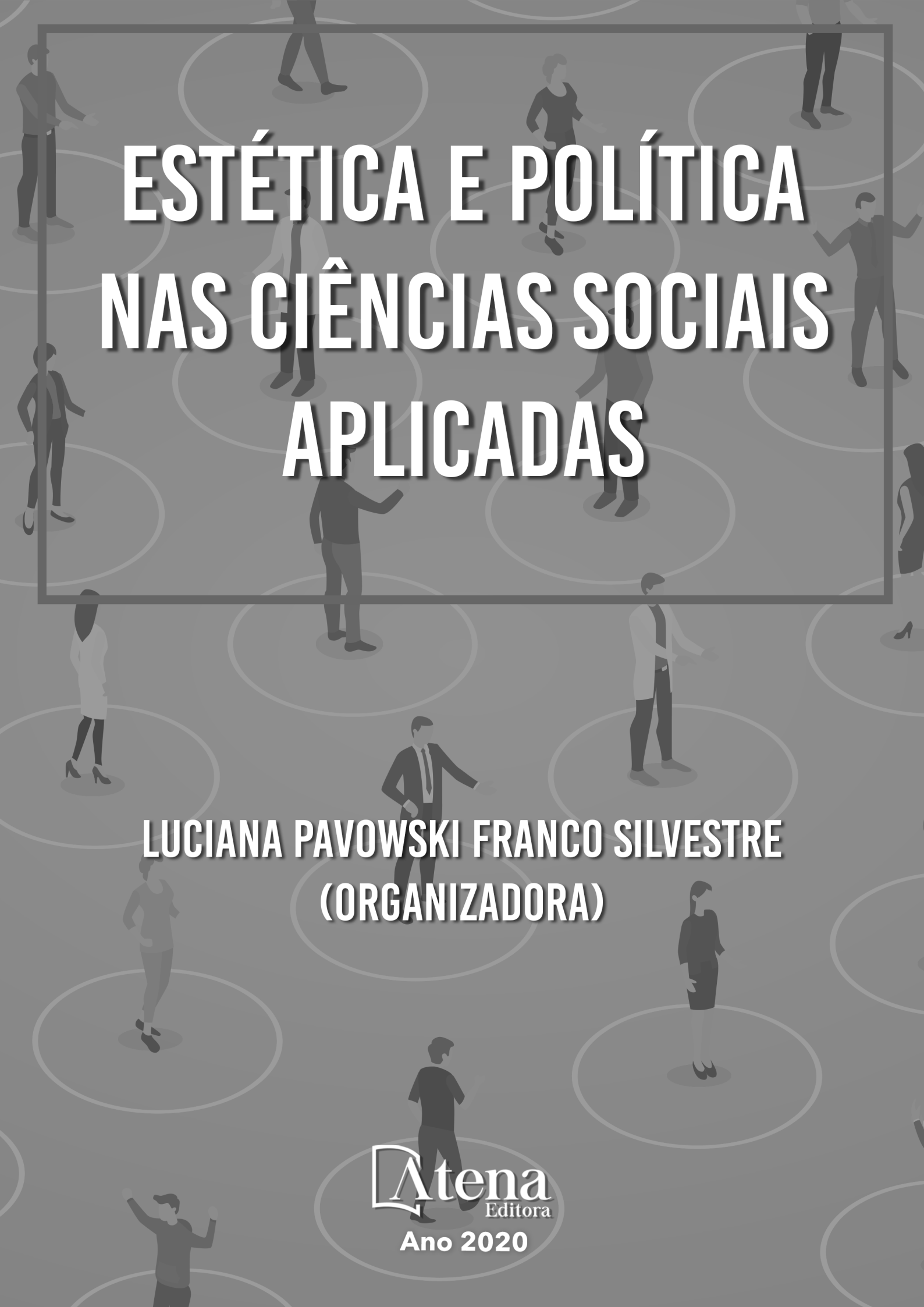


The background features a repeating pattern of stylized human figures in various poses, each standing on a light-colored circular base. The figures are rendered in a flat, illustrative style with muted colors. A large, dark green rectangular frame is superimposed over the upper portion of the image, containing the main title text.

# **ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

The background of the cover features a repeating pattern of stylized human figures in various poses, each standing on a light-colored circular base. The figures are rendered in shades of gray and white, creating a sense of a diverse group of people. The overall aesthetic is clean and modern.

# **ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



### Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Estética e política nas ciências sociais aplicadas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-212-8

DOI 10.22533/at.ed.128202707

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas” vinte e quatro artigos com pesquisas que contribuem para a identificação, análise e reflexão sobre as relações existentes entre os aspectos territoriais, produção industrial e desenvolvimento tecnológico com as formas de vida em sociedade, permitindo a identificação dos impactos causados nesta.

Através das pesquisas em que se aborda o território, é possível identificar uma amplitude de relações estabelecidas com fatores como processos migratórios, barreiras, fronteiras, políticas indigenistas, violência pobreza e cidadania.

A tecnologia aparece como objeto de estudo para análise de crimes transfronteiriços e processos de gestão pública, identificando-se as possibilidades de processamento de informações e tomadas de decisão.

Otimização e competitividade aparecem como elementos centrais nas pesquisas voltadas para os processos industriais e produção de mercado. A partir de metodologias que envolvem consumidores e gestores enquanto sujeitos do processo de pesquisa, estas estabelecem relações também com os aspectos territoriais e tecnológicos, identificando-se a interdisciplinaridade entre as pesquisas que compõem o e-book que se apresenta.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos e desvelamento da realidade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A “GRANDE CORUMBÁ” E OS DESAFIOS DOS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS EM FACE DAS NOVAS FERRAMENTAS VIRTUAIS	
Manix Gonçalves dos Santos Marcos Sérgio Tiaen Luiz Gonzaga da Silva Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL NO BRASIL: IMIGRANTES ALEMÃES E ESCOLARIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL	
Samuelli Cristine Fernandes Heidemann Regina Coeli Machado e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE : A AVENIDA FARRAPOS E O QUARTO DISTRITO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
ATIVIDADE PESQUEIRA NOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA A PARTIR DA COMPARAÇÃO DA PESCA EM DUAS COLONIAS DE PESCADORES NO ESTADO DO TOCANTINS	
Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro Adolfo da Silva-Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE E SUA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA: REGIME TUTELAR E A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	
Ramiro Esdras Carneiro Batista Daniel da Silva Miranda Izaionara Cosmea Jadjesky	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
O AUMENTO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA COMO A MATERIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	
Márcio Teixeira Bittencourt Germana Menescal Bittencourt Gilberto de Miranda Rocha Peter Mann de Toledo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1282027076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
O MEDO SOCIAL DA VIOLÊNCIA EM RAZÃO DA TRAVESSIA DA FRONTEIRA ENTRE OS BAIRROS JARDIM IRACEMA E PADRE ANDRADE	
Adriana Carvalho de Sena	

Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio

**DOI 10.22533/at.ed.1282027077**

**CAPÍTULO 8 ..... 82**

OBRIGATORIEDADE DE CONEXÃO SIMULTÂNEA ÀS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Claiton Barbosa

Agnes Bordoni Gattai

**DOI 10.22533/at.ed.1282027078**

**CAPÍTULO 9 ..... 90**

REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM GOIÁS: ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS RURAIS E DE CIDADANIA DE GOIÁS

Mateus Carlos Baptista

Divina Aparecida Leonel Lunas

**DOI 10.22533/at.ed.1282027079**

**CAPÍTULO 10 ..... 98**

POBREZA: PERCEPÇÕES ESTÉTICAS, POLÍTICAS, RELIGIOSAS E ECONÔMICAS DO SER E TER

Eliseu Riscaroli

**DOI 10.22533/at.ed.12820270710**

**CAPÍTULO 11 ..... 115**

PRIORIZAÇÃO DE LOCAIS DE COLETA PARA ISOLAMENTO DE BACILLUS ANTHRACIS NA ANTÁRTICA POR PROCESSO DE ANÁLISE HIERÁRQUICA

Luiz Octávio Gavião

Adriana Marcos Vivoni

**DOI 10.22533/at.ed.12820270711**

**CAPÍTULO 12 ..... 131**

BENEFÍCIOS SOCIAIS NA PLATAFORMA GOVDATA: O USO DA CORRELAÇÃO DE DADOS COMO CRITÉRIO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR PÚBLICO

Francisca Alana Araújo Aragão

Pablo Severiano Benevides

**DOI 10.22533/at.ed.12820270712**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

DISPOSITIVO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS: PLACA MICROCONTROLADORA THOMPSON

João Paulo Pereira dos Santos

Michell Thompson Ferreira Santiago

**DOI 10.22533/at.ed.12820270713**

**CAPÍTULO 14 ..... 151**

IMPLEMENTAÇÃO DE LEAN SIX SIGMA PARA MELHORIA DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES

Carlos Navarro Fontanillas

Eduardo Picanço Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.12820270714**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
INDÚSTRIA 4.0 E MANUFATURA ADITIVA: UM ESTUDO DE CASO COM OS CONSUMIDORES DE CALÇADOS PRODUZIDOS NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE JUAZEIRO DO NORTE	
José de Figueiredo Belém Célio Monteiro Santos José Eduardo de Carvalho Lima Murilo Barros Alves Josiano Cesar de Sousa Mirim Borchard	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
PROCESSO MANUAL DE RASTREABILIDADE DE PRODUTOS UHT EM UMA INDÚSTRIA DOS CAMPOS GERAIS	
Loren Caroline Domingues de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
SISTEMA JAPONÊS DE PRODUÇÃO COMO UM FATOR DE VANTAGEM COMPETITIVA: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO JAPÃO NO PÓS-GUERRA	
Jéssica Pereira Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>196</b>
SUCESSÃO FAMILIAR: OS DESAFIOS AO LONGO DAS GERAÇÕES	
Adriano Pereira Arão Lucilia Notaroberto Sabrina Pereira Uliana Pianzoli Mônica de Oliveira Costa Farana de Oliveira Mariano Alex Santiago Leite Dyego Penna Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>206</b>
BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA NA ÁREA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Maria Aparecida de Souza Melo Bruna Moraes de Melo Patrícia Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>215</b>
CORPOREIDADE E IDENTIDADE RACIAL DE PROFESSORAS NEGRAS: O SER E O SABER NA PRODUÇÃO DA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS	
Michele Lopes da Silva Alves Carmem Lúcia Eiterer Luiz Alberto Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270720</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>228</b>
CROWDFUNDING: UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO COLETIVO NO BRASIL	
Letícia Moraes Silveira	
Melissa Dotto Brusius	
Fernanda Silveira Roncato	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>241</b>
O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO E A TEORIA SOCIOLÓGICA: MAX WEBER E AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	
Jordana de Moraes Neves	
Rafael de Oliveira Wachholz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>251</b>
RELIGIÃO, ESFERA PÚBLICA E O PROBLEMA POLÍTICO: UMA CONTRIBUIÇÃO HABERMASIANA	
Edson Elias Moraes	
José Geraldo Alberto Bertoncini Poker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>276</b>
RENDA BÁSICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO EMPREGO EXPLORATÓRIO	
Jônatas Rodrigues da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12820270724</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>289</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>290</b>

## GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE E SUA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA: REGIME TUTELAR E A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 26/03/2020

### **Ramiro Esdras Carneiro Batista**

Universidade Federal do Amapá

Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLLI/  
UNIFAP)

Oiapoque/AP

<http://lattes.cnpq.br/0809460177410652>

### **Daniel da Silva Miranda**

Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
(PPGA/UFPA)

Belém/PA

<http://lattes.cnpq.br/8126574966652595>

### **Izaionara Cosmea Jadjesky**

Universidade Federal do Espírito Santo

Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPGE/UFES)

Vitória/ES

<http://lattes.cnpq.br/8763517471915842>

se tomar à análise os meados do século XX, o *modus operandi* das práticas colonizadoras contemporâneas – em sua dimensão econômica e administrativa – escancaram o objetivo de comprimir e/ou exterminar os ocupantes originais da terra sob o mote de discursos variados, tais como “*integrar para não entregar*” ou “*terras sem homens para homens sem-terra*”. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo discutir elementos identificados como táticas de colonização e guerra, empregadas em meio a conjuntura brasileira em parte do século XX. Para tanto, utiliza-se como fontes principais o Relatório Figueiredo (1967); o Relatório da Comissão Nacional da Verdade/CNV (2014); e a experiência de “correção, proteção e tutela” vivida por um indivíduo do povo *Palikur-Arukwayene*, aprisionado por dois anos no Posto Indígena do Encruzo-AP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra; Territorialidade; Regime Tutelar.

**RESUMO:** As múltiplas tentativas de incorporação de grupos étnicos a variados projetos de Estado-nação nos países latino-americanos, apresentam características distintas e, a um só tempo, similares, entre os estados colonizadores. No caso do Brasil, ao



## LOW INTENSITY WAR AND ITS ADMINISTRATIVE DIMENSION: GUARDIANSHIP REGIME AND BRAZILIAN INDIGENISTIC POLICY EXPLICIT IN THE FIGUEIREDO REPORT AND BRAZIL'S TRUTH COMMISSION REPORT

**ABSTRACT:** The multiple attempts to incorporate ethnic groups through the various Nation-State projects implemented by Latin American countries, have different and, at the same time, similar characteristics among the former colonizing States. In the case of Brazil, when analyzing the mid-twentieth century, is possible to note that the *modus operandi* of contemporary colonizing practices - in their economic and administrative dimension – open wide their objectives of compressing and/or exterminating the original occupants of the land, under the motto of speeches varied, such as “*integrating not to deliver*” or “*land without men for landless men*”. In this way, the present work aims to discuss elements identified as colonization and war tactics, used in the middle of the Brazilian conjuncture in part of the 20th century. To this end, the Figueiredo Report (1967); the Report of the Brazil Truth Commission/ CNV (2014); and the memories and experience of “correction, protection and guardianship” lived by an individual from the *Palikur-Arukwayene* nation, imprisoned for two years at the Encruzo Indigenous Post of Amapá State, in Brazil, used here as the main sources of our search.

**KEYWORDS:** War; Territoriality; Guardianship Regime.

### 1 | INTRODUÇÃO

O Estado<sup>1</sup> brasileiro contemporâneo, resultante de processos historicamente localizados, fez-se herdeiro e gestor de territórios e grupos humanos enquistados em sucessivas guerras de cunho euro-colonial e de outros projetos que o sucederam, materializados em práticas genocidas dirigidas a uma miríade de grupos étnicos desde o século XVI (Pacheco de Oliveira, 2016). Historicidade que atribui à máquina estatal o título de mentora do estado de guerra e sítio ininterrupto, impondo o *status* de povos dominados a pessoas indígenas e seus descendentes, ao tempo em que modula geopoliticamente a territorialidade brasileira e latino-americana.

Antônio Carlos de Souza Lima, ao refletir acerca dos impactos do conflito bélico, considera que “[a] Guerra [é uma] forma de destruir e instaurar catástrofes, [mas também] via constitutiva de novas relações sociais, base de múltiplos sistemas de aliança e antagonismo” (1995, p.46-47). Neste sentido, entendemos que os conflitos bélicos instaurados para a formação da “América portuguesa”, objetivaram a consolidação das bases físicas e epistemológicas da iniciativa colonizadora. Desta maneira, o estado de beligerância ininterrupto, bem como eventuais armistícios, engendraram relações sociais

1. As definições teóricas acerca de Estado são plurais e, ao nosso ver, demandam delimitações quando utilizadas. Aqui recorreremos ao sentido weberiano do conceito, como organização política dominante que impõe um tipo de existência “ordenada” no interior de determinado território graças à ameaça e efetiva aplicação da força física aos grupos dominados, por meio de agentes bélicos e administrativos especializados (Das y Poole, 2008, p.08).

baseadas na assimetria e subjugação entre europeus e ameríndios.

Por este princípio, os processos históricos que implicam em uma *invenção do Brasil*<sup>2</sup> se tornam plurais e extra temporais, utilizando-se da violência física e simbólica, do descimento à subalternização de modos de vida, do estado de Colônia ao Estado de pretense Direito Democrático. Conseqüentemente, a incorporação do elemento humano autóctone remanescente das guerras, depende da implementação de ações em nível “administrativo”, e da incorporação de distintas territorialidades a partir do belicismo surdo praticado pelo Estado. Este parece ser o desdobramento lógico dos pactos coloniais, que promovem por meio de distintos mecanismos de opressão e repressão, o engajamento da pessoa indígena como parte “ativa” de um organismo social ocidentalizante.

É tratando destas práticas de administração do butim de uma guerra pretérita, mas que também pode ser analisada como ininterrupta, já em meados do século XX, que o presente artigo busca compreender um distinto momento do neocolonialismo contemporâneo, articulando e dando sentido as ações e categorias referentes à política indigenista brasileira.

## 2 | FONTES E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O Relatório Figueiredo (1967) e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), não obstante o lapso temporal que os separam, compreendem fontes privilegiadas para a análise do que se pretende, posto que tais documentos foram engendrados, contraditoriamente, dentro da estrutura do próprio Estado colonizador, em contextos de ditadura militar e de revisão aos atos e crimes praticados pela mesma. Além disso, somam-se ao corpus documental as narrativas de pessoas indígenas vitimizadas por tais fenômenos, corroborando para um processo de descolonização da História.

A exemplo de Portelli, consideramos que “[as] fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes [mas] tem em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra podem preencher” (1997, p.26). Partindo desta premissa, trabalhamos com a análise de uma memória de “correção, proteção e tutela” vivida por um indivíduo do povo *Palikur-Arukwayene* no Posto Indígena do Encruzo<sup>3</sup>, região norte do estado do Amapá.

Consideramos neste trabalho que as categorias e os modos de operar a colonização de povos, corpos e territórios, longe de serem características de um passado colonial, pertencem à contemporaneidade latino-americana. Na Amazônia oriental brasileira

2. Termo apropriado de Carlos Fausto (2000, p.81), referindo-se a invasão inaugurada por Cabral, que promoveria o colapso e a conseqüente reestruturação dos arranjos sociais do mundo ameríndio.

3. Situado na confluência dos três rios que dão acesso ao território indígena do Uaçá, o Posto do Encruzo foi instalado após a visita do Marechal Rondon à região do Oiapoque, na década de 1920. De 1945 a 1967 o SPI instala o posto indígena militarizado e “retira da área intrusos e estranhos, como comerciantes, crioulos, franceses e ingleses que haviam se instalado às margens dos rios para a exploração de recursos naturais, como ouro e madeira de lei [...]” (Fonte: <https://pib.socioambiental.org>, 2017).

que permeia o Platô das Guianas, espaço que por sua vez é fruto do fatiamento da territorialidade indígena entre potências europeias, o colonialismo revestiu-se de cores específicas sem, no entanto, fugir aos “padrões” de tratamento aos povos conquistados que nele habitam, conforme veremos.

Parece possível afirmar que os conteúdos expostos no Relatório Figueiredo de 1967, e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade de dezembro de 2014, torna-os um resumo de crimes perpetrados no decurso de pelo menos quatro décadas, por instituições e agentes do Estado contra diferentes sociedades ameríndias. Portanto, as experiências explicitadas nos dois relatórios parecem configurar uma continuidade de ações que fazem parte de um contexto historiográfico maior, que conforme já afirmamos, junta-se à produção que rastreia e analisa pelo menos cinco séculos de sucessivas guerras de extermínio e limpeza étnica dirigidas as populações ameríndias.

Cumprir mencionar que na “América portuguesa”, os altos custos financeiros e humanos veiculados para o empreendimento da “guerra justa” contra distintos povos, resultaram na resignificação do estado de guerra intermitente. Esse processo acolheu, dentre outras colaborações, o legado positivista e evolucionista preconizado pelo indígena Bororo e Marechal do exército brasileiro, Cândido Mariano da Silva Rondon. Para Pacheco de Oliveira “[a] obra de Rondon e dos sertanistas brasileiros foi a de ressemantizar o índio bravo, transformando-o no índio dócil e colaborativo ao qual o discurso ecológico irá acrescentar um novo significado” (2016, p. 255).

O conjunto ideológico e jurídico que permitiu o processo de “amansamento” e aniquilação de marcadores culturais distintos de diferentes povos indígenas “brasileiros” financiados pelo Estado, ficou conhecido como “Poder Tutelar”. Trata-se aqui do instituto que Souza Lima aponta como “uma forma reelaborada de guerra, ou, [especificamente] do que se pode construir como um modelo formal de relacionamento possível entre [povos] afastados por uma alteridade radical” (1995, p.43). Desta maneira, vai ficando explícito que o “poder tutelar” é fruto de um saber jurídico colonial que pretende anistiar o Estado de seus crimes, ao conferir legalidade à tríade praxiológica de violência/proteção/dominação. Este também é o termo que identifica o *modus operandi* republicano, engendrado para tratar do relacionamento com os povos conquistados<sup>4</sup>, cuja territorialidade é ignorada ao tempo em que as terras que tradicionalmente ocupam são arbitrariamente incorporadas ao Estado nacional. Estes ciclos de desenvolvimento e expansão das fronteiras nacionais ficaram conhecidos no Brasil, como “iniciativas de pacificação”<sup>5</sup>.

---

4. Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2014), na análise da invasão da América, em que pesem as distintas características dos processos de ocupação entre as colônias lusitanas e espanholas, existem elementos comuns na atuação de seus agentes e políticas estatais que permitem inferir que “[o] termo conquista [é] utilizado quase exclusivamente para designar a ação [do Estado e respectivos colonos] nas terras que ficaram sob seu domínio [...]” (Paraíso, 2014, p.27).

5. A “pacificação” aqui apontada é um eufemismo para “[um] permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone” (Pacheco de Oliveira, 2016, p.17).

### 3 | OS RELATÓRIOS COMO DUAS VARIAÇÕES GENO/ETNOCIDAS DO MESMO TEMA: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS/SPI E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO/FUNAI

No fim da primeira década do século XX o conhecido estado de guerra e usurpação do patrimônio indígena patrocinado pelo estado brasileiro, é reinaugurado com o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais/SPILTN<sup>6</sup>. Doravante, a partir de reelaborações realizadas por parte de seus agentes que não desejam admitir o uso de termos como “[c]onquista [e instauram] um complexo de ações sobre ações, de forças sobre forças, em suma de relacionamentos de poder, cujo plano, do ponto de vista das técnicas, há muito se encontra delineado” (Souza Lima, 1995, p.48).

Fundado em 1910, o SPI perdurou por meio século, sendo extinto em 1967, exatamente no ano em que o procurador Jader de Figueiredo Correia destacaria em seu relatório oficial, que o “[p]róprio órgão responsável pela garantia da terra do índio, é o primeiro a despojá-lo. [Destacando] que a espoliação tem a chancela oficial das cúpulas administrativas, maiores responsáveis pelas desditas dos índios” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.208). Neste contexto, o que o Relatório do procurador Figueiredo intitula como a “grande comédia” encenada pela atuação do órgão indigenista estatal, em aproximadamente meio século de existência junto a centenas de povos indígenas brasileiros, antes de ser um evento cômico, demonstra-se como eloquentemente trágico.

Baldus (1962), citando Darcy Ribeiro, mostra que “das 230 tribos relacionadas, 87, ou seja, 37,8%, desapareceram nestes últimos cinquenta anos”. Sendo que “[a] população indígena brasileira, atual, não alcança [o total de] 0,2% da população.” (1962, p. 34). Em que pesem todas as críticas políticas e metodológicas dirigidas aos referenciais demográficos construídos por Ribeiro<sup>7</sup> e outros indigenistas de época, não se pode negar o fato de que meio século de ações de “pacificação” protagonizadas pelo SPI mostram, a partir do exposto por seus próprios agentes, os vigorosos índices de *depopulação* a que os povos e comunidades “tuteladas” foram expostos.

Por sua vez, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no capítulo que trata de Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, aponta uma possibilidade de resposta ao analisar o que nos termos dos relatores, é uma “pequena parcela do que se perpetrou contra os índios<sup>8</sup>”:

“[É] possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de continuar as investigações. Não são esporádicas nem

6. No decorrer do texto usaremos as siglas SPI ou SPILTN como sinônimos.

7. De fato, Pierre Clastres se debruçaria sobre os números da demografia ameríndia estimada e constituída no cone sul da América em 1974 e declararia que nada disso é sério, categorizando tais registros como adivinhatórios e ideológicos (Clastres, 1974).

8. No caso o Relator refere-se ao pequeno alcance de casos investigados e a impossibilidade da comissão apurar todos os crimes cometidos.

acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões. Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações.” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p. 204)

Nesse sentido, dois relatórios produzidos com um hiato temporal de quatro décadas entre si apontam para a mesma condição, de que a violência e as práticas criminosas contra o conjunto de povos indígenas é sistêmica e estrutural, e, portanto, independe de em qual órgão, ou em qual sigla se efetiva o regime tutelar.

Partindo de um olhar em perspectiva <sup>9</sup>e da análise documental e literária do tema do indigenismo pode-se postular que no caso brasileiro a intervenção do Estado, no que se consolidou como o “regime tutelar e protecionista”, dirigido aos povos indígenas, nada mais é que a continuação do estado de sítio, guerra, dominação e extinção programática do patrimônio humano, cultural e material representado pelas nações indígenas ao longo dos séculos. O que salta aos olhos do leitor desavisado e pode apontar para um futuro de novas relações interétnicas com os povos cerceados, é que os documentos comprobatórios e denúncias que dão lastro ao histórico de assassinatos e extermínio seletivo de pessoas e povos indígenas, é realizado pelos próprios agentes e ex-agentes estatais.

Tais documentos, aliados ao testemunho de vida e desumanização de pessoas e coletivos indígenas, podem inaugurar um novo capítulo no entendimento do que significou e pode significar a intervenção estatal, junto a estas pessoas e respectivas sociedades.

Das categorias que saltam nos documentos dos mencionados relatórios, a pacificação e a tutela parecem ser as mais pródigas. A primeira refere-se a atos de violência e cerceamento tamanho que aos “pacificados” resta à denúncia errática, a apatia ou o desespero. De fato, as estratégias de “pacificação” engendradas pelo Estado brasileiro e tecnologicamente embasadas em todo tipo de ações violentas como estupros, torturas, epidemias<sup>10</sup>, fome e desnutrição, acaba, na maior parte dos casos, reduzindo a agência dos povos atingidos a fuga e perambular incerto de seus sobreviventes.

Quanto à segunda – a tutela – Pacheco de Oliveira refere-se ao caráter ambíguo da mesma, entendendo que ela é, via de regra, ministrada a partir de “[princípios] contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada” (2016, p.325). O que pode engendrar a percepção de que o regime protecionista/repressivo imposto aos diferentes povos indígenas no decorrer de sua história e, mais recentemente, a partir de vultuosa literatura jurídica, nada mais é que um eufemismo para o tratamento dispensado a povos dominados. Pessoas e grupos a quem não é dada a possibilidade de escolher que caminhos e decisões vão tomar sobre o seu próprio futuro, e a quem não são garantidos direitos fundamentais.

Desta maneira, conclui-se que as estratégias de “pacificação” e “regime tutelar” em

9. Baldus, 1962; Pozzobon, 1999; e Briguenti, 2015.

10. Para crer em guerra bacteriológica contra povos indígenas no interior do Brasil em pleno século XX, ver a página 4917 do Relatório Figueiredo.

moldes estatais nada mais são que a guerra renomeada ou, em termos foucaultianos, a “guerra prolongada por outros meios” (Souza Lima, 1995, p.44).

#### **4 | OS NÃO DITOS NO RELATÓRIO FIGUEIREDO: A BIOGRAFIA DE UWET (MANOEL ANTÔNIO) E O ESCRAVISMO IMPOSTO PELA ATUAÇÃO DO SPI NA GUIANA BRASILEIRA**

Com relação ao exposto nos documentos dos respectivos relatórios (Figueiredo e Comissão Nacional da Verdade), já referenciamos que nenhum dos dois é capaz de alcançar plenamente o conjunto de crimes praticados, dentro do regime tutelar brasileiro, contra nações e pessoas indígenas. Sobre esta questão, Veena Das e Deborah Polle (2008) instam os etnólogos a encararem a “face aberrante dos estados modernos em que atuam<sup>11</sup>” (Das y Polle, 2008, p.10-13), buscando entender as tecnologias e, sobretudo, as “pedagogias” de poder estatal, impostas a pessoas e povos indígenas em inúmeros processos de “pacificação”. Desta maneira, encarar o rosto cruel de nosso próprio estado implica, dentre outras possibilidades, no exercício de “entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e [partilhar da] necessidade de continuar as investigações” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.204).

Percebe-se no Relatório que a equipe do procurador Figueiredo não teria condições logísticas e tampouco interesse em empreender uma investigação que pudesse cobrir a atuação do SPI em todo o território nacional (Valente, 2017, p.37-39). Nesse sentido, o relato dos verdugos e vitimizados pelo regime tutelar no extremo setentrional do Brasil, sobreviventes do genocídio perpetrado na Guiana que se convencionou a chamar de portuguesa, pode ajudar a cobrir os lapsos de investigação e auxiliar na compreensão do fenômeno entre povos e pessoas, cujo sofrimento imposto, dores e pêsames não constam de nenhum documento.

Portelli, ao analisar os mecanismos mnemônicos e criticar a falsa oposição entre memória e esquecimento, lembra que “[m]ais que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra [a] experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade[.]” (2016, p.47). Isso nos leva a pensar que as narrativas de dor, vida e trabalho em condições análogas à escravidão imposta pela atuação do Estado contra a pessoa indígena, continuam a buscar e reconstruir seus significados, sobretudo para as pessoas e coletivos que dela sofreram.

Para insistir no caráter sistêmico do poder estatizado conhecido como “tutela” e na respectiva interpretação deste *status* jurídico imposto a pessoa indígena como uma modalidade de “guerra prolongada” (Souza Lima, 1995, p.44), ou guerra de baixa intensidade, vamos considerar uma história de vida e servidão forçada que não consta

---

11. Tradução nossa.



dos relatórios aludidos e tampouco de nenhum outro documento conhecido, qual seja, a história pessoal do Senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos<sup>12</sup>), figura humana emblemática entre indígenas e não indígenas da fronteira Oiapoque/AP.

O Relatório Figueiredo (2013) aponta que no universo de atuação do SPI foram arroladas provas e evidências de tratamento cruel e degradante imposto as pessoas indígenas, que constam de castigos físicos como crucificação, espancamentos, tortura nos troncos e trituração de tornozelos, referenciando ainda que “os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações índio-SPI.” (Brasil: Documento Síntese, 2013, p.03).

Essa premissa localiza a atuação dos *parahna*<sup>13</sup> agentes públicos do SPI/Oiapoque e seus respectivos capitães<sup>14</sup> indígenas na categoria de “mais humanizados”, visto que os relatos de *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos) parecem tratar de sua exposição à prisão, bem como a condições de trabalho escravo, e não a tortura e sevícia propriamente dita.

Segundo o relato do Senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos) seus problemas com as autoridades do posto do SPI/Encruzo começaram em função de um conflito familiar. Após ter se desentendido com sua esposa, um cunhado, inconformado, teria se dirigido ao posto indígena do Encruzo e formalizado denuncia junto ao *parahna*, então chefe do Posto Indígena na ocasião, o paraense Eurico Fernandez.

A denúncia, reiterada várias vezes no posto indígena, fruto de um posicionamento que contraria o costume *arukwayene* em relação a tais conflitos, culminou com a prisão do senhor *Uwet*, que foi conduzido ao Encruzo por três guardas indígenas a mando do chefe Eurico. Veena Das discute a “pesada cortina de silêncio” que denuncia a presença oculta de uma força exógena que semeia a “violência e traição [no interior mesmo] da rede de parentesco” (Das, 1999, p.33). Trata-se obviamente da presença do Estado.

Misto de braço administrativo, juiz de conflitos e executor de penalidades, Eurico Fernandez condenou o senhor *Uwet* a dois anos de trabalho forçado nas imediações do Encruzo, por suposto “mau comportamento”. Os serviços e tarefas extenuantes cumpridos, conforme o testemunho do próprio ancião, duravam “da madrugada até o pôr do sol todos os dias”, o que rapidamente o deixou em condição física precária. Após aproximadamente um ano nessa condição, parentes e amigos do apenado, temendo por sua vida, dirigiram uma carta ao chefe do SPI/Encruzo, questionando a punição e a motivação da pena.

Fernandez teria respondido que não poderia liberar *Uwet* da pena exarada, mas para evitar conflitos com os “índios Palikur” que o SPI do período já classificava

---

12. Trata-se de “um mestre em contar histórias e esculpir em madeira. [Filho de pai *parahna* e mãe *Palikur*] que morreu ainda jovem, [foi] *Uwet* criado por seus avós *Palikur*. Seu avô *Guilhaume*, foi o xamã que encontrou *Curt Nimuendajú* nos anos 1920” (Green e Green, 2013, p. 03).

13. *Parahna* é a palavra e categoria *Arukwayene* usada para se referir a homem ou mulher branco, mais especificamente ao branco brasileiro.

14. No Oiapoque, os equivalentes aos agentes de polícia indígena apontados no Relatório Figueiredo (Brasil, 2016, p.02) são chamados de Capitain, uma forma afrancesada de referir-se ao líder indígena que tem sua autoridade reforçada e/ou criada pelo SPI.

como “pacificados” (Freire, 2011, p.151), mudou sua condição para a de “trabalhador remunerado<sup>15</sup>”. Talvez fosse desnecessário dizer que como o único árbitro que determinou sua pena, o *parahna* chefe do posto também era o único com poderes conferidos, por ação ou omissão do Estado, para redimi-la<sup>16</sup>.

A análise combinada do testemunho do senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos) e o exposto nos fragmentos da síntese do Relatório Figueiredo deixa pouca margem de dúvida quanto ao caráter sistêmico da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais/SPILTN, sempre pautado na ausência de controle do Estado, e portanto, na livre arbitrariedade de agentes sem o mínimo preparo para o trato com povos e pessoas indígenas. Desta maneira, “[o indígena] razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.” (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.02).

Aparentemente, a condição de trabalhador cativo não foi aliviada por meio da permuta do status do Senhor *Uwet* para a condição de “trabalhador assalariado” do SPI. A perplexidade em não saber responder como recebeu ou o que amealhou nos meses de trabalho assalariado, denunciam a total alienação da humanidade daquele jovem *arukwayene* que teve sua vida interrompida, nos termos do procurador Figueiredo “como se o índio fosse um irracional, classificado muito abaixo dos animais de trabalho” (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.04).

É o mesmo Relatório quem aponta para a “racionalidade” das arbitrariedades e do escravismo perpetrado contra pessoas indígenas em pleno século XX, quando o Estado nacional genocida declarava a abolição da escravatura há mais de meio século. E continua o relator:

O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados, eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada. [Toda a] crueldade para com o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso nem todos incorreriam nos delitos de maus tratos aos índios, mas raros escaparam dos crimes de desvio, de apropriação ou de dilapidação do patrimônio indígena. (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.04).

Aparentemente temos aqui o conjunto da obra que implica no gasto de uma parte da juventude e da força de trabalho do Senhor *Uwet*, a exemplo de outras vidas, juventudes e infâncias indígenas, vitimizadas no que Darcy Ribeiro chamaria de “incrível máquina de moer gentes” do pacto neo-colonial. Souza Lima lembra também que o esquema de apropriação e esbulho dos territórios e da riqueza indígena não aufere lucros apenas na atividade guerreira, mas também na “dimensão econômica da conquista” que engendra a administração dos povos e territórios dominados (1995, p.50). Este parece ser exatamente

15. O narrador não conseguiu explicitar de que forma teria sido remunerado pelo trabalho nos meses seguintes.

16. Das y Polle consideram que “[p]recisamente porque também atuam como representantes do [E]stado [os chefes e grandes homens, de maneira turva são] capazes de se mover através dele [sem] uma clara divisão entre as formas legais e extralegis de punição e execução.” (Das y Polle, 2008, p. 16 - Tradução nossa).

o caso do Senhor *Uwet*, engajado arbitrariamente na indústria do SPI/Encruzo.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política indigenista brasileira, historicamente empreendida à revelia dos interesses dos povos alvo, parece conformar um padrão – pernicioso – de relacionamento com pessoas e nações indígenas, cuja visibilidade e violência infligida foi sendo escamoteada, sobretudo a partir do indigenismo “manso” e “cordial” de inspiração rondonista.

O estudo sistemático do Relatório Figueiredo e documentação análoga, deve trazer à luz das Ciências Sociais as narrativas da condição imposta aos povos indígenas em território brasileiro, desvelando práticas genocidas e etnocidas, disfarçadas em proteção, não violência e tutela. O esforço de confrontar as práticas implícitas e explícitas nos citados documentos com as práticas tutelares empreendidas na costa oceânica do Amapá é uma tentativa de aproximação desta realidade, ao tempo em que reconstitui e faz jus a um fragmento da história de vida e dor imposta a um homem, tido como guardião da memória cultural de seu povo.

Por último, vale a pena problematizar o “Pedido público de desculpas do Estado Brasileiro [,] pelo esbulho de terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.253), que parece atender mais uma aspiração dos membros e relatores da Comissão da Verdade/CV do que dos atuais titulares e regentes dos poderes públicos que conformam o Estado.

É verdade que o Estado brasileiro não reconhece sua responsabilidade pelos crimes cometidos contra uma miríade de povos indígenas ou, particularmente, contra o Senhor *Uwet*, visto que não envida ações no sentido de interromper o estado de sítio, exploração, esbulho e assassinato programático de pessoas e nações indígenas em território nacional. Os direitos humanos e existenciais de pessoas e povos indígenas são preteridos ante o cultivo e extensão da fronteira agrícola, desenvolvimentista e modernizante, alinhada às questões de “interesse nacional”.

## 6 | REFERÊNCIAS

Documentais:

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade (CNV)*. “Texto 5 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas” In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. II Brasília, p. 203-262. Disponível em: [Http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf). 2014.

BRASIL. *Relatório Figueiredo: documento na íntegra. “Síntese”*. Disponível em – [HTTP://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/](http://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/). 2013.

Uwet (Manoel Antônio dos Santos) e Almeida, Carina Santos de. *Biografia de Seu Uwet*. Fragmento documentado no município de Oiapoque – no prelo. 2016.

Bibliográficas:

BALDUS, Herbert. *Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil*. Comunicação feita no simpósio sobre 'Métodos e resultados da ação indigenista da América. [sic] México, 21 de Agosto de 1962. Disponível em: [www.journals.usp.br/ra/article/viewFile/110423/1089611](http://www.journals.usp.br/ra/article/viewFile/110423/1089611). 1962.

BRIGUENTI, Clovis Antonio. *Colonialidade do Poder e Violência contra os povos indígenas*. In: "Revista Percursos. Florianópolis, v. 16, n 32, set/dez, p.103-120". Disponível em: [HTTP//dx.doi.org/10.5965/19847246163222015103](http://dx.doi.org/10.5965/19847246163222015103). 2015.

CLASTRES, Pierre. *De l'Ethnocide*. In: "L'Homme, tome 14 n°3-4. pp. 101-110". DOI : 10.3406/hom.1974.367479 . Disponível em: [www.persee.fr/doc/hom\\_0439-4216\\_1974\\_num\\_14\\_3\\_367479](http://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1974_num_14_3_367479). 1974.

DAS, Venna. *Fronteiras, Violência e o Trabalho do Tempo: alguns temas wittgensteineanos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 14 n40 RBCS. 1999.

DAS, Veena y POLLE, Deborah. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas*. Cuadernos de Antropología Social. núm. 27, 2008.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil* . Rio de Janeiro: Zahar. 2000.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

GREEN, David e GREEN, Lesley. *Waramwi: a cobra grande / UWET Manuel Antonio dos Santos*. São Paulo: Iepé ,2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Histórico de Contato Galibi*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/galibi-marworno/133>. 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra capa. 2016.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste* – Editora da Universidade Federal da Bahia. 2014.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo: Pro História. 1997.

\_\_\_\_\_. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz. 2016.

POZZOBON, Jorge, "O lupen-indigenismo do Estado brasileiro" In: Journal de La Societes Americanistes, Tomo 85, p. 281-306. Disponível em: [HTTP://www.persee.fr/doc/jsa\\_0037-174\\_999\\_num\\_85\\_1\\_1738](http://www.persee.fr/doc/jsa_0037-174_999_num_85_1_1738). 1999. Acesso em 02/08/2017.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil* - Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

VALENTE, Rubens. *Os Fuzis e as Flechas: história de sangue e resistência indígena na*

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arduíno 141, 142, 143, 144, 145, 150

### B

Bacia Hidrográfica 41, 44, 52, 53

Bacillus Anthracis 115, 116, 118, 129, 130

Big Data 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140

### C

Capitalismo 47, 105, 108, 138, 140, 188, 220, 226, 250, 255, 261, 265, 266, 276, 277, 278, 279, 288

Competitividade 156, 179, 184, 186, 187, 194, 195, 280

Conflitos Ambientais 66

Corporeidade 78, 79, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225

Crowdfunding 228, 229, 230, 231, 232, 239, 240

Custo de Focalização 276, 283, 284, 285

### E

Economia Criativa 228

Eficiência na Produtividade 167, 169

Eletrônica Embarcada 141

Empresa Familiar 196, 198, 205

Escala de Avaliação 207

Esfera Pública 244, 245, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 258, 261, 263, 264, 266, 267, 268, 272, 274

Espaço Rural 90

Estética 2, 36, 99, 113, 223, 224, 225, 226

### F

Filosofia 24, 98, 99, 113, 155, 156, 246, 258, 260

Financiamento no Brasil 228

Fontes de Recursos 228

Fronteira 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 61, 63, 76, 77, 80, 240

### G

Gerações 196, 198, 200, 204, 280, 282, 286

GovData 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139

Governamentalidade Algorítmica 131

Guerra 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 115, 118, 130, 155, 184, 185, 186, 191, 192, 194, 262, 270

## H

Hidrelétricas 66, 67, 70, 74

Homicídios 65, 66, 68, 71, 72, 73

## I

Identidade Racial 215, 220, 222

Imigrantes 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 31

Indústria 4.0. Manufatura Aditiva 167, 291

## J

Jürgen Habermas 251, 254, 274, 275, 291

## L

Lean Six Sigma 151, 152, 291

Logística 45, 171, 173, 178, 291

## M

Modernidade 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 30, 40, 220, 227, 241, 242, 243, 245, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 266, 267, 268, 269, 274, 291

## N

Nacionalização 15, 18, 19, 22, 23, 26

Notificação Compulsória de Doenças 207, 291

## P

Paisagem Urbana 28, 39, 291

Participação Política 90, 273, 291

Pedagogia Antirracista 215, 217, 219, 222, 223, 224, 225, 291

Pescadores Artesanais 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 53, 291

Placa Microcontroladora 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 291

Pobreza 77, 81, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 277, 282, 283, 291

Polícia Civil 1, 2, 6, 11, 13, 291

Produtividade 41, 43, 45, 50, 93, 166, 167, 168, 169, 170, 189, 291



## **R**

Racionalidade Neoliberal 131, 291

Rastreabilidade 178, 179, 180, 181, 182

Redes 14, 49, 50, 53, 82, 83, 84, 85, 88, 97, 122, 142, 144, 149, 150, 271

Religião 99, 100, 101, 104, 105, 112, 114, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 272, 273, 274, 275

Renda Básica Incondicional 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 287

## **S**

Secularização 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 266, 268, 270, 271, 272

Sistema Japonês de Produção 184, 185, 187, 193, 194, 195

## **T**

Tecnologia 108, 112, 133, 134, 136, 144, 149, 160, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178, 202, 235, 238, 285

Teoria Contemporânea 241

Teoria Sociológica 241, 250

Território 9, 10, 11, 13, 37, 55, 56, 60, 63, 66, 71, 81, 101, 128, 213

## **V**

Vigilância em Saúde 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 291

Violência 8, 11, 24, 49, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 68, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 112, 220, 222, 234, 270, 291

Vitalidade Urbana 28, 33, 34, 291

## **W**

Whatsapp 1, 2, 3, 8, 291

# ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2020